MENSAGEM A-Nº 109/2024 - VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 339, DE 2024

São Paulo, 23 de dezembro de 2024

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto parcial ao Projeto de lei nº 339, de 2024, conforme Autógrafo nº 33.960.

De iniciativa parlamentar, a medida busca autorizar o Poder Executivo a criar um Protocolo de Combate à Intimidação Sistemática (“bullying”), com o objetivo de propiciar o acolhimento humanizado e eficaz da criança e do adolescente vítima de “bullying”, violência psicológica, moral e cibernética no ambiente escolar da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo (artigo 1º) e dá providências correlatas.

Reconheço a magnitude do tema e os elevados propósitos do Legislador, realçados na justificativa que acompanhou a propositura. Vejo-me, todavia, compelido a negar assentimento aos incisos III, IV e V do artigo 3º; aos incisos III, IV e V do artigo 4º; ao inciso I do artigo 5º e aos artigos 6º, 7º e 8º, pelas razões que passo a expor.

As comunicações previstas nos incisos III, IV e V dos artigos 3º e 4º da proposta parecem, por cautela, demandar avaliação do cabimento das medidas ali previstas em cada caso concreto, após a oitiva dos envolvidos – criança ou adolescente vítima do ato e criança ou adolescente que praticou o ato –, dos respectivos responsáveis legais e da equipe pedagógica.

Além disso, a providência indicada no inciso IV dos referidos artigos 3º e 4º (obrigatoriedade de registro de boletim de ocorrência) está inserida na esfera da “notitia criminis”, isso é, de providência que poderá ensejar a instauração de inquérito policial, matéria que se encontra, como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, submetida ao regime das competências legislativas concorrentes entre União, Estados e Distrito Federal para dispor

sobre procedimentos em matéria processual (artigo 24, inciso XI e §§ 1º a 4º, da Constituição Federal) (ADI 4.337).

Nesse âmbito, incumbe à União legislar sobre normas gerais, de alcance nacional, cabendo aos Estados pormenorizá-las com fundamento em sua competência suplementar, podendo estabelecer as condições para a sua aplicação em face das necessidades e peculiaridades locais, vedado o estabelecimento de especificidades incompatíveis com as normas gerais.

Sob esse aspecto, anoto que a norma geral acolhida no Código de Processo Penal (Decreto-lei federal nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) dispõe que qualquer pessoa do povo poderá – e não “deverá” – comunicar à autoridade policial a existência de infração penal em que caiba ação penal de iniciativa pública.

Diante de tais elementos, concluo que a providência alvitrada no inciso IV dos artigos 3º e 4º da propositura mostra-se incompatível com as linhas essenciais estabelecidas na regra de abrangência nacional que trata da “notitia criminis” e do inquérito policial.

Por seu turno, o inciso I do artigo 5º da propositura, ao prever a criação de um banco de dados sobre os casos de “bullying” e “cyberbullying” praticados em ambiente escolar, detalhando as informações que dele devem constar, acaba por interferir no domínio exclusivo do Poder Executivo, eis que cuida de matéria peculiar à organização administrativa.

Do mesmo modo, as medidas previstas nos dispositivos subsequentes, que detalham a forma como será colhido o depoimento do aluno vítima de “bullying” (artigo 6º), disciplinam as providências que deverão ser adotadas pela autoridade policial (artigo 7º) e prevêm a abertura de procedimento administrativo de apuração e responsabilização, em caso de descumprimento da lei (artigo 8º), igualmente esbarram na esfera de atribuições do Poder Executivo.

Trata-se de ações de caráter tipicamente administrativo, que se inserem no campo da competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Providências dessa natureza não guardam a necessária

concordância com as limitações decorrentes do princípio da separação dos Poderes (artigo 2º da Constituição Federal e artigo 5º da Constituição Estadual).

Ao incursionar nessa matéria, a propositura suprime do Poder Executivo a margem de apreciação que lhe cabe na condução da Administração Pública, de modo a contrariar as prerrogativas que lhe são próprias e, portanto, a cláusula de reserva de administração, que decorre do princípio da separação de poderes (ADI nº 3343 e ADI nº 179).

Sob essa ótica, a proposta parlamentar colide com a Constituição Federal, dispondo em matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo estadual para, com o auxílio dos Secretários de Estado, exercer a direção superior da administração e dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração pública (artigo 84, incisos II e VI, alínea “a”, da Constituição Federal; artigo 47, incisos II, XIV e XIX, alínea “a”, da Constituição Estadual), cabendo ao Governador, com exclusividade, a iniciativa da lei, quando necessária (artigo 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal; artigo 24, § 2º, item 2, da Constituição Estadual).

Fundamentado nestes termos o veto parcial que oponho ao Projeto de lei nº 339, de 2024, e fazendo-o publicar no Diário Oficial, em obediência ao disposto no § 3º do artigo da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.